

## Educação e a Crise Moderna<sup>§</sup>

Sergio Costa Ribeiro\*

novembro de 1992

A educação tem sido sempre considerada como próxis para a cidadania. Nos países do chamado Primeiro Mundo esta ideologia camuflou, na maioria dos casos, interesses outros que de certa forma ajudaram esses países a manter sua hegemonia imperial sobre povos conquistados. Digo que camuflou pois suspeita-se que por trás dos ideais liberais e igualitários das revoluções do século 18 estavam interesses maiores, como a competência dos exércitos para as conquistas e do aparato burocrático necessário ao aumento da eficiência na atividade mercantil. Na sua seqüência histórica vamos encontrar a visão desse mesmo ideário nas ideologias socialistas pragmáticas e hoje através de um neologismo pouco ilustrado: o neo-liberalismo.

O que não se podia prever, facilmente, é que uma revolução tecnológica estivesse em andamento no último quartil deste século na qual a universalização da educação iria desempenhar uma função ainda mais importante do que aquelas ensaiadas a partir do século 18. E mais ainda, que esta revolução fosse ocorrer exatamente no mundo capitalista, onde a competição seria a forte alavanca para o seu sucesso.

---

<sup>§</sup> Apresentado no Seminário O Novo Pacto Federativo, O Encontro de Contas da Crise Brasileira do Forum Permanente da Fundação Getúlio Vargas org. Aspásia Camargo, em 22 de março de 1993. Publicado *in*: **Conjuntura Econômica**, vol.47, nº 5, maio 1993, FGV. Uma versão reduzida deste artigo foi publicada no jornal Brasil • 90 - Desafios e Perspectivas, Secretaria de Estado da Cultura, Governo do Estado de São Paulo, 1992.

\* Pesquisador Titular do Laboratório Nacional de Computação Científica.

O que estamos presenciando hoje, destrói um dos mitos das teorias marxistas de que os avanços tecnológicos levam a uma inexorável desqualificação dos trabalhadores. Hoje fica cada dia mais claro que, a universalização do capital e dessa tecnologia moderna está destruindo essa tese e que a qualificação formal da população como um todo é pré-condição para a própria soberania dos países. A barreira nacionalista, a reserva de mão-de-obra, última cidadela da soberania dos Estados começa a ruir. A nova barreira é exatamente a educação.

Já se percebe que do conflito leste-oeste passamos a um conflito norte-sul, onde uma grande demarcação é a educação formal da população. É claro que ainda fortemente contaminada por fatores étnicos e religiosos. No entanto, a pressão para a superação dessas contaminações é tão flagrante quanto a própria reação que o ressurgimento (?) dessas facetas tem marcado os últimos anos.

E tudo isto por quê?

Tudo veio de um pequeno pedaço de sílica, matéria prima fartamente abundante em todo Mundo, onde o que custa é a massa cinzenta das pessoas que a elaboram com eficiência. A competição deixa de ser sobre quem produz o “chip” e sim sobre quem sabe utilizá-lo bem. A automação que ele permite, cada dia mais, muda as relações no trabalho, nas formas de consumo e na própria organização social. O que importa é a educação formal das populações nos conteúdos universais da Matemática, da Ciência e da Língua, e não adianta consertar após a adolescência as lacunas deixadas pela má qualidade da escola básica. São exatamente as competências cognitivas adquiridas na idade escolar que são fundamentais: a capacidade de raciocínio rápido, de selecionar informações, de resolver problemas, de trabalhar em grupo e competir. Na fase adulta essas competências não são mais adquiríveis. É como aprender, já adulto, uma língua estrangeira, fica o sotaque!

O Brasil com seu clima ameno, suas matérias primas abundantes, com sua cultura de uso predatório da natureza e do trabalho conseguiu ser até a oitava economia do mundo ocidental. Mas isto acabou. A matéria prima abundante vale cada vez menos, a desqualificação e o custo barato da mão-de-obra não valem mais nada.

O que vai contar, a educação formal básica de nossa população, é o que nos falta.

Existem muitos mitos por aí sobre o que se passa com o nosso sistema educacional. O mais errado deles é o que diz que nossa população precisa de estímulos para ir para escola e lá ficar. Um erro conceitual, no que significa repetente

escolar, mascarou durante os últimos 60 anos a realidade e provocou toda a sorte de políticas erradas, de todos os governos, em todas as esferas administrativas.

E que erro é este?

Há no Brasil, e de resto em quase todo o mundo subdesenvolvido, a sugestão aos alunos (ou a seus responsáveis) para que, diante de um provável fracasso na avaliação de final de ano na escola, eles deixem a escola e se matriculem no ano seguinte na mesma série, na mesma ou em outra escola, como um aluno novo. São os “afastados por abandono”. Estes alunos são contados como evadidos do sistema escolar nas estatísticas oficiais. No entanto, nas primeiras séries, 98% deles se matriculam no ano seguinte.

Outra mania nossa é achar que os mais pobres, os menos brancos ou os mais agitados devem caminhar pela escola a passos menores, isto é, subdividimos a 1ª Série em subséries tentando assim compensar a incompetência da escola em alfabetizá-los rapidamente. Estes alunos não são considerados repetentes já que “passaram” da subsérie A para a subsérie B. Como não existe a possibilidade de contabilizar esta subseriação nas estatísticas educacionais estes alunos acabam, também, sendo considerados evadidos do sistema e não “repetentes aprovados” como realmente são.

Com esses erros, estimava-se que 25% das crianças matriculadas na 1ª Série da escola elementar se evadiam do sistema escolar ao final desta série e 25% repetiam. Na realidade, levando em conta essas outras formas de repetência, agora detectadas, esta evasão é de apenas 2%, a repetência acima de 50% e esta pequena evasão é consequência de sucessivas repetências. Nas demais séries, prevalecem os “afastados por abandono” que induzem uma visão de excesso de evasões precoces e menores taxas de repetência.

Quando recalculamos corretamente esses dados verificamos uma realidade perversa e ao mesmo tempo animadora. Perversa porque as taxas de repetência são absurdamente altas, indicando que a escola massacra as tentativas dos alunos em se educar. Em seu primeiro contato com o mundo adulto, fora da família, lhe é imputado um fracasso que na realidade é da escola. Nossos cálculos mostram que um aluno que já repetiu a série tem a metade da probabilidade de ser aprovado se comparado com um aluno realmente novo na série. A repetência é, portanto, uma das principais causas da própria repetência. Animadora porque as taxas reais de evasão são bem menores do que se supunha mostrando que, ao contrário dos mitos, o brasileiro faz um esforço sobre-humano para permanecer na escola, em outras palavras o brasileiro, apesar dos fracassos com que a escola tenta destruir sua auto-estima, quer estudar.

Com esses resultados o que se vê são crianças que permanecem freqüentando a escola, em média, por quase 9 anos tentando completar um curso de 8 séries. Os que conseguem terminar (34%) acumulam, em média, quase 4 repetências na sua vida escolar. Mesmo aqueles que desistem, na sua esmagadora maioria, pelo excesso de repetências acumuladas nos primeiros anos de escola, lá permanecem por mais de 6 anos, insistindo e insistindo até que atingem uma idade e uma revolta onde desistem.

Apenas 3% dos alunos conseguem terminar o 1º Grau sem nenhuma repetência! Se não houvessem repetências todos poderiam terminar. Existem matrículas para isto. Uma forma de visualizar o que ocorre é dizer que todos os alunos se “formam” nessa nossa escola, uns com uma série, outros com duas, outros com mais e só um terço com oito.

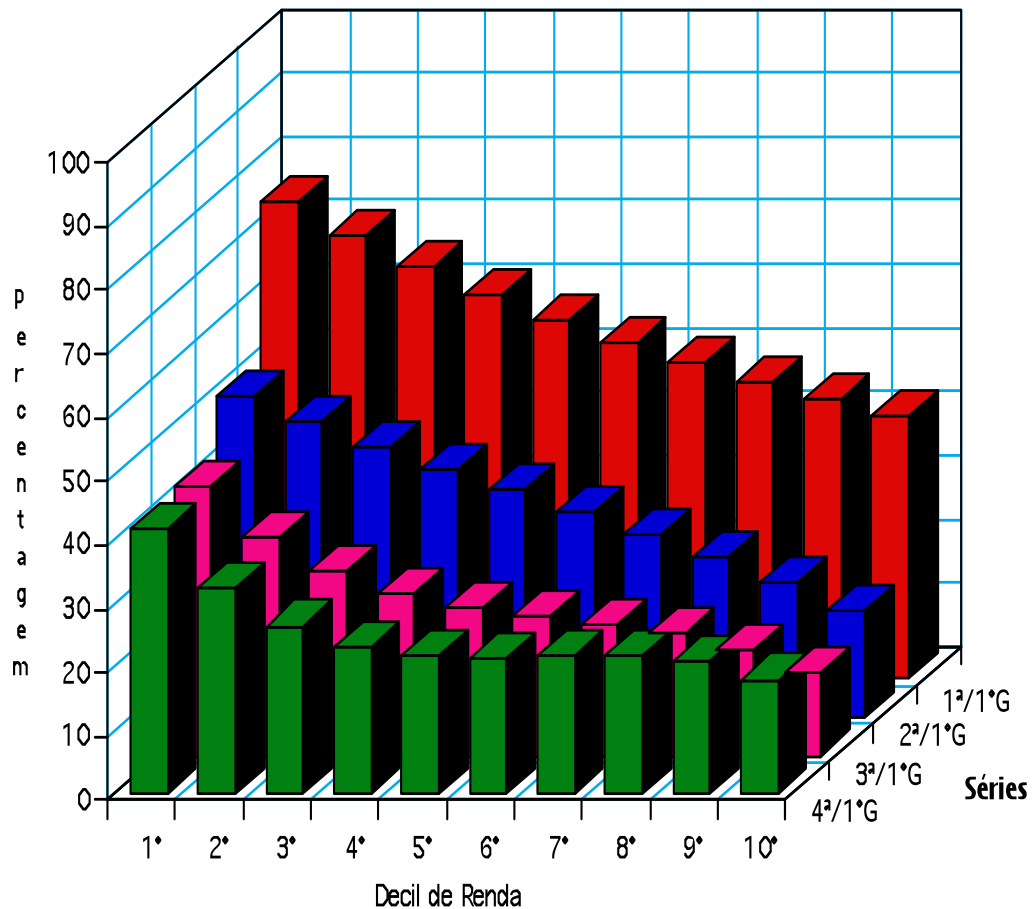
Diante deste quadro fica difícil dizer se este massacre é menos violento do que a pura e simples eliminação física de nossas crianças e adolescentes, que enchem hoje os noticiários. Será que esse sistema educacional leva à formação da cidadania? Ou o ideário liberal é simplesmente uma grande farsa no Brasil.

Mas agora ficou tarde. Não se trata somente de cidadania, se trata de sobrevivência.

Um outro mito é o que apregoa que milhões de crianças não têm acesso à escola. Isto simplesmente não é verdade. Hoje 95% de nossas crianças chegam à escola, dos 5% que não chegam, 4 moram no Nordeste rural miserável, onde vivem 14% de nossa população, e onde falta tudo, da água à comida. A educação ali não é ainda a primeira prioridade. No resto do país não faltam escolas, faltam qualidade e compromisso.

Mas pensar que a repetência é apenas um problema dos pobres é um erro. O Gráfico mostra um dado surpreendente, nele ordenamos os alunos pela renda familiar *per capita* e calculamos as taxas de repetência para as quatro primeiras séries do 1º Grau. Vemos que para os 10% mais pobres (1º decil de renda) essa repetência é de mais de 75% na 1ª Série. O que assusta é ver que para os 10% mais “ricos” essa taxa ainda é de 40%.

## Taxas de Repetência, Brasil 1985



Fonte: Modelo PROFLUXO aplicado à PNAD de 1985

O que isto está nos dizendo é que existe uma “pedagogia da repetência” que permeia nossa escola em todas as camadas sociais. É meio esquizofrênica a situação: a 1ª Série programada para ser cursada em um ano leva dois. A 2ª leva um e meio e assim por diante, para toda a população. E não é de hoje, na década de 1930, o quadro era mais ou menos o mesmo: uma repetência na 1ª Série de 60%!

Explicar como esse sistema foi assim montado é uma tarefa ingrata para historiadores.

O fato é que está aí e temos que mudá-lo. Mas como?

Na década de 1970, em Santa Catarina, tentou-se a promoção automática dos alunos, não funcionou, a escola se decompôs, os mecanismos de repetência via, “afastados por abandono” e “repetentes automaticamente aprovados”, manteve a retenção e o fluxo dos alunos não melhorou, a idéia foi abandonada. Em São Paulo e

Minas Gerais as redes estaduais, na metade da década passada, introduziram o chamado Ciclo Básico de Alfabetização de dois anos, teoricamente sem repetência no primeiro ano. Novo fracasso, os mecanismos “alternativos” de repetir alunos foram acionados. O pouco que se ganhou com uma queda na repetência real no primeiro ano foi totalmente compensado pelo aumento da repetência no segundo ano.

Como na economia, choques heterodoxos não funcionam na educação. Hoje, no estado do Rio de Janeiro e no município de São Paulo tentam-se coisas semelhantes, ignorando as experiências do passado, o fracasso já pode ser anunciado.

Mas podemos ir mais longe, seria essa repetência uma garantia de qualidade de desempenho escolar dos promovidos?

A resposta infelizmente é não. Recente pesquisa internacional séria, envolvendo 20 países entre eles o Brasil, avaliou a Matemática e as Ciências das crianças de 13 anos. Nosso país ficou disputando o título de pior desempenho com Moçambique.

Como mudar este quadro?

O caminho passa por diversas políticas. Algumas não revolucionárias e outras explosivas.

Para começar é preciso acabar de vez com a idéia de que investir em educação é construir prédios. Hoje, nossa população jovem já parou de crescer e está até diminuindo em número absoluto. Já temos vagas para todas as crianças e elas estão querendo estudar. Em seguida é preciso acabar com a política de transformar a escola em restaurante, enfermaria, gabinete dentário ou depósito de crianças. A escola deve ser transformada num local onde se ensina e onde se aprende. É sempre bom lembrar que prédios, comida, e dentes não ensinam nem repetem crianças.

Chegamos agora à parte explosiva, a gestão escolar e o professor.

Nossa história mostra que os governos nunca estiveram realmente interessados na educação competente da população. Desde a colônia a educação ou estava a cargo dos religiosos ou a laicos extremamente mal remunerados. A motivação foi sempre manter uma certa moral social, um controle político, jamais uma educação competente nos conteúdos universais, mesmo porque não havia por que ter exércitos para conquistas territoriais, nem uma necessidade de organizar uma burocracia eficiente.

A fantástica repetência pode ser lida como algo natural, não importante para a função da nossa escola.

Das pesquisas sobre gestão escolar a única coisa em que todas concordam é que a direção da escola, sua motivação e competência são os fatores mais importantes para o bom desempenho dos alunos.

Nossa gestão escolar sempre foi extremamente centralizada e normativa. O poder de decisão nunca esteve nas mãos da escola. O professor não se sente responsável pela promoção de seus alunos. A formação dos professores não privilegia conteúdos. Hoje a escola parece ser importante apenas para a corporação dos professores e não para os alunos.

Mudar este quadro seguramente não é fácil mas, também, não é impossível.

O diagnóstico correto do que se passa na escola é, obviamente, o primeiro passo. Dos indicadores estatísticos não podemos tirar mais nada além do que já dissemos. Falta entender o porquê. Mas uma coisa é clara, o professor, mesmo que não seja o culpado por esta situação, seguramente é o responsável pela solução. Para ser responsável é preciso ter autonomia de decisão e poder para isto. Dar autonomia administrativa, financeira, pedagógica e curricular às escolas nos parece indispensável. Em contrapartida a escola e seus alunos têm que ser avaliados e os conteúdos devem ser sinalizados por estas avaliações.

A estabilidade funcional do professor e dos chamados trabalhadores em educação tem que desaparecer. O mérito em conseguir fazer com que os alunos aprendam tem que ser o critério e o professor bem pago. As avaliações de desempenho seriam a fonte instrumental para que a família e a sociedade organizada possam cobrar a qualidade da educação que precisamos.

Isto não seria uma revolução, terá que ser uma mutação.